

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

SUÉLEN ZANOTELLI

**Estudo sobre as características dos Conselhos de Administração
de bancos com capital aberto e se estas influenciam o Índice de
Rentabilidade do Ativo**

Porto Alegre

2010

SUÉLEN ZANOTELLI

**Estudo sobre as características dos Conselhos de Administração
de bancos com capital aberto e se estas influenciam o Índice de
Rentabilidade do Ativo**

**Projeto apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em
Administração, na Escola de Administração, da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.**

Orientador: Professor Dr. Jairo Laser Procianoy

Porto Alegre

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ANO/SEMESTRE: 2010/2

AVALIAÇÃO FINAL

- FORMULÁRIO MODELO C -

ALUNO	
NOME: Suélen Zanotelli	Nº DO CARTÃO: 00135542
ÁREA DE ATUAÇÃO: Finanças	
- TRABALHO -	
TITULO DO TRABALHO: Estudo sobre as características dos Conselhos de Administração de bancos com capital aberto e se estas influenciam o Índice de Rentabilidade do Ativo	
ORGANIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA PARA O TCC: Pesquisa de Campo	
- BANCA EXAMINADORA -	
NOME	ASSINATURA
PROF. _____	ORIENTADOR _____
PROF. _____	CONVIDADO _____
REPRES. _____	ORGANIZAÇÃO _____
- APRECIÇÃO FINAL -	
Trabalho apresentado em banca, onde o aluno foi:	
<input type="checkbox"/> Aprovado com conceito _____	
<input type="checkbox"/> Reprovado	
Data da apresentação: ____ / ____ / ____	
Comentários:	

RESUMO

Essa pesquisa é uma análise de algumas características do Conselho de Administração dos bancos com capital aberto e se estas influenciam no resultado do Índice de Rentabilidade do Ativo. Primeiramente, retomam-se alguns conceitos acerca de Governança Corporativa. Em seguida, é feito um levantamento das variáveis, tais como a composição numérica, a frequência de reuniões anuais e o prazo de mandato dos C.A. nos anos de 2007, 2008 e 2009. Em decorrência, a proposta buscou, através de uma análise de regressão múltipla feita no Excel, testar se essas características influenciam no IRA. Por meio do resultado estatístico, foi possível perceber que o IRA não é influenciado pelas variáveis independentes abordadas, que são as características de cada conselho, no período em voga. Com isso, obteve-se um resultado inédito sobre o assunto, que serve de suporte ao investidor, principalmente o minoritário.

Palavras chaves: Governança Corporativa, Conselho de Administração e Bancos com Capital Aberto

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sistema de Governança Corporativa	14
Tabela 1 - Bancos e variáveis analisadas em 2007 e 2008	23
Tabela 2 - Bancos e variáveis analisadas em 2009	24
Figura 2 – Composição do Conselho de administração da amostra/ano	33
Figura 3 – Prazo de mandato dos Conselheiros de Administração/ano	34
Figura 4 – Quantidade de encontros do Conselho de administração/ano	35
Tabela 3 – Resultados da regressão no ano de 2007	36
Tabela 4 – Resultados da regressão no ano de 2008	37
Tabela 5 – Resultados da regressão no ano de 2009	38
Tabela 6 – Resultado R – Quadrado	39

ABREVIACOES

CS – Contrato Social

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

GC – Governança Corporativa

IRA – Índice de Rentabilidade do Ativo

ROE – Retorno do Ativo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. DEFINIÇÃO DA PESQUISA	8
1.1. PROBLEMA DA PESQUISA.....	8
1.2. JUSTIFICATIVA	10
1.3. OBJETIVO GERAL	11
1.4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1. GOVERNANÇA CORPORATIVA	12
2.1.1. Governança Corporativa em bancos	14
2.1.2. O Problema de agência	15
2.1.3. Conselho de Administração	16
2.1.4. Níveis de Governança Corporativa	17
2.2. ÍNDICES	20
3. METODOLOGIA	22
4. DESCRIÇÃO DA AMOSTRA	25
5. RESULTADO	33
5.1. COMPARAÇÃO DE DADOS	33
5.2. ANÁLISE DE REGRESSÃO NO EXCEL	35
5.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

A boa governança, atualmente, é uma preocupação vital para os bancos, bem como a eficiência da supervisão bancária. Durante a última década, os bancos em todo o mundo começaram a destacar que a governança corporativa é de importante interesse para empresas que buscam manter sua competitividade no mercado, e inclusive adotar práticas de governança corporativa. Por conseguinte, o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia já publicou edições de um guia intitulado "Reforçar a governança corporativa para as organizações bancárias" (Mülbert 2009).

Paralelamente, diversos estudos internacionais já foram realizados a respeito da dificuldade de se analisar o setor bancário, em decorrência, principalmente, da assimetria nas informações (ANDRES, 2008). Isso ocorre devido a características peculiares de cada instituição e do que ela estabelece como parâmetro de modo de gestão. Por exemplo, alguns bancos acham importante ter um Conselho de Administração pequeno, como o Banco da Amazônia, com três conselheiros. No entanto, estudos (ANDRES 2008) já apontaram que o tamanho do conselho não influencia em seu desempenho, teoria testada através de uma regressão, resultando em uma insignificância estatística da correlação entre tamanho do Conselho e o Retorno do Ativo (ROE).

Com base em informações financeiras anuais das instituições bancárias com capital aberto, o foco da análise visa testar se algumas características do Conselho de Administração da amostra influenciam no índice de rentabilidade do ativo.

Igualmente, o trabalho será realizado tentando obter uma homogeneidade de dados dentro de um mesmo período de tempo analisado, nos anos de 2007, 2008 e 2009, para que não haja discrepância e incompatibilidade nas conclusões.

Os resultados serão de grande importância para que os investidores de pequeno porte obtenham mais segurança de seus direitos, e consigam ter mais visibilidade da estrutura administrativa, e dos resultados da empresa em que estão investindo seu dinheiro.

1. Definição da pesquisa

1.1. Problema de pesquisa

A Governança Corporativa é um assunto que tem norteado diversas pesquisas nos últimos anos. Conceitualmente, esta surgiu para resolver o “conflito de agência”, oriundo da separação entre propriedade e gestão empresarial. No entanto, esse tema ganhou relevância ao passo que demonstrou ser um mecanismo eficiente para assegurar que o comportamento dos acionistas esteja alinhado com as normas de transparência descritas pelo Código de Boas Práticas de Governança. Esse modo de gestão, apoiado na clareza de informações, visa proteger o investidor minoritário contra o abuso de poder por parte dos dirigentes das empresas, os erros estratégicos e as fraudes decorrentes de uma má administração.

No Brasil, conforme o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, a necessidade dessa transparência veio em resposta ao movimento pelas boas práticas, e na necessidade de modernização da alta gestão por parte das empresas. Esse método de trabalho torna as empresas mais atraentes pelo mercado, tanto nacional quanto internacional, visto que o ambiente corporativo cada vez mais competitivo está trazendo novas exigências, principalmente de padrões internacionais. Em decorrência das iminentes necessidades, e como meio de regulação dessas novas práticas, houve a criação do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), em 1995, a criação e adoção do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, por essa mesma instituição, e, também, da criação dos níveis de Governança Corporativa, pela Bovespa.

Existem os níveis 1, 2 e regras para empresas se enquadrarem no Novo Mercado. Vale ressaltar que a adesão das empresas a essas práticas é voluntária, consequência da preocupação de cada uma com a transparência de suas operações financeiras e contábeis. Não bastando, convém salientar que a adoção dessas regras gera maior valor para as ações da empresa no mercado de capitais, como também cria valor para a firma com a disponibilização de diversas informações, além daquelas obrigatoriamente previstas por lei, ao alcance de todos. Isso possibilita uma administração justa também aos minoritários. Além disso, as pressões do

mercado externo, pela transparência nas atividades e nos resultados das empresas também influenciam para que as mesmas adotem essas práticas.

Cabe analisar, ainda, que o foco do trabalho será a relação entre a rentabilidade do ativo e as características do Conselho de Administração de cada instituição bancária que pratica a governança corporativa, com capital aberto, e sua comparação com o todo. O período analisado é 2007, 2008 e 2009, mesmo que a empresa tenha aberto seu capital entre essas datas, houve a disponibilidade das informações em meios de acesso público.

Algumas empresas trabalham com um conselho grande, com todos os componentes membros internos do grupo. Em contrapartida, outras aderem a um conselho de no máximo cinco componentes, sendo que existem dois que são Conselheiros Independentes. Não bastando, há aqueles bancos que delegam importância a Conselheiros Externos. Isso ocorre, principalmente devido à heterogeneidade e às particularidades de cada empresa. Não bastando, é importante também a verificação de dados acerca da frequência que se dão as reuniões desses Conselhos, o lucro líquido e o total de ativos referentes a cada instituição. Essas são variáveis analisadas paralelamente à variação do índice de rentabilidade do ativo do período analisado, a fim de um resultado de regressão final.

Logo, com essa pesquisa, verifica-se um estudo ainda não existente no Brasil sobre a relação entre o Conselho de Administração dos bancos e o Índice de Rentabilidade do Ativo.

1.2. Justificativa

A Governança Corporativa incentiva a prática da transparência de informações através da disponibilização de dados econômico-financeiros ao público, principalmente a seus investidores.

O estudo em voga busca analisar, através dessa gama de informações disponíveis, se as características dos Conselhos de Administração podem influenciar no índice de rentabilidade do ativo (IRA). Características como o seu tamanho, sua constituição (número de conselheiros externos e independentes, frequência anual de encontros), além de variáveis como Lucro Líquido, Total de Ativos e Patrimônio Líquido. Esse IRA é oriundo dos demonstrativos contábeis presentes no programa Econômica, e as demais informações financeiras utilizadas disponíveis no *site* da BM&FBovespa¹ e da CVM.

Logo, a pesquisa justifica-se ao passo que os dados disponibilizados pelas empresas que praticam de GC são utilizados visando obter um resultado que beneficie o investidor minoritário. Através deles, pode-se obter uma abordagem prática e aplicada sobre dos Conselhos de Administração dos bancos com ações negociáveis, com capital aberto, e se há relação com a rentabilidade dos mesmos. Por fim, havendo correlação ou não, o investidor poderá verificar através de toda essa análise a situação da empresa, financeira e gerencial, fazendo com que sejam assegurados seus direitos e, assim, efetuando com mais cautela e conhecimento sua opção de investimento.

¹A BM&FBovespa S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros foi criada em 2008 com a integração entre a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). Juntas, as companhias formam uma das maiores bolsas do mundo em valor de mercado, a segunda das Américas e a líder no continente latino-americano.

1.3. Objetivo Geral

O objetivo geral dessa pesquisa é a busca de uma relação entre as características do Conselho de Administração de bancos com capital aberto nos anos de 2009, com informações disponíveis também de 2007 e 2008, e a influência ou não dessas no índice de rentabilidade do ativo.

1.4. Objetivo Específico

- a) Descrever como são os Conselhos de Administração de cada instituição, em se tratando de composição, características dos conselheiros e tempo de permanência no cargo;
- b) Identificar as principais variáveis que envolvem as características do Conselho e criar um meio de relação entre estas e o índice de rentabilidade do ativo;
- c) Testar as variáveis analisadas através de uma análise de regressão multivariada.

2. Referencial Teórico

2.1. Governança Corporativa

O termo governança corporativa foi criado no início da década de 1990 nos países desenvolvidos, mais precisamente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, para definir as regras que regem o relacionamento dentro de uma companhia dos interesses de acionistas controladores, acionistas minoritários e administradores.

Esse tema nas empresas tem sido alvo de diversos estudos nacionais e internacionais, e cresce à medida que se verifica a importância dessa prática, principalmente para melhor acesso aos acionistas de informações no mercado de capitais. Não bastando, vale ressaltar, Bergamini (2005, p. 149):

“As razões que transformaram o mercado consumidor foram determinantes para que mudanças profundas fossem verificadas também no mercado investidor. O crescimento da oportunidade de crescimento e dos riscos a eles associados, somados ao temor que os escândalos corporativos causem, tem tornado os investidores mais seletivos em suas aplicações. Rigorosos critérios selecionam o seu capital para empresas que ofereçam transparência nas suas decisões internas e nos seus relatórios contábeis”.

Dentro do enfoque que será tratado, essa citação vem ao encontro da abordagem a ser analisada, ao passo que justifica o estudo da GC dentro do mercado de capitais.

Nas palavras de Berk e Demarzo (2009), o sistema de governança surgiu através da necessidade de minimização de conflitos de interesses entre executivos e investidores. Além disso, as boas práticas de governança aplicam-se a qualquer tipo de organização, independente do porte, natureza jurídica ou tipo de controle. Através desse sistema, estuda-se uma maneira de aliar os interesses entre proprietários e controladores, para que ambos sejam beneficiados.

Para melhor compreensão acerca do tema, expõem-se as definições seguintes:

“Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas,

alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.”²

Não obstante, o site da Bovespa³ mostra Governança Corporativa como o conjunto de mecanismos de incentivo e controle que visam a assegurar que as decisões sejam tomadas em linha com os objetivos de longo prazo das organizações. Ainda, entre os mecanismos de governança, destacam-se a existência de:

- conselho de administração ativo e que atue com independência;
- sistema de remuneração dos administradores e colaboradores alinhado com os interesses da Companhia e de seus acionistas;
- controles internos que assegurem procedimentos e práticas de acordo com os regulamentos da Companhia e exigências legais; e
- “práticas transparentes e sistemáticas de reporte dos resultados para os acionistas e demais partes interessadas.”

Shleifer e Vishny (1997, p. 738.):

“governança corporativa lida com as maneiras pelas quais os fornecedores de recursos garantem que obterão para si o retorno sobre seu investimento”

La Porta et al. (2000, p. 5):

“governança corporativa é o conjunto de mecanismos que protegem os investidores externos da expropriação pelos internos (gestores e acionistas controladores)”

Já CARVALHO (2002), define GC como sendo um meio de acionistas e fornecedores assegurarem o retorno adequado sobre seus investimentos.

Não bastando, para o IBGC, a GC envolve relacionamento entre acionistas/cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. Cabe-nos analisar o Conselho de Administração para o estudo em voga.

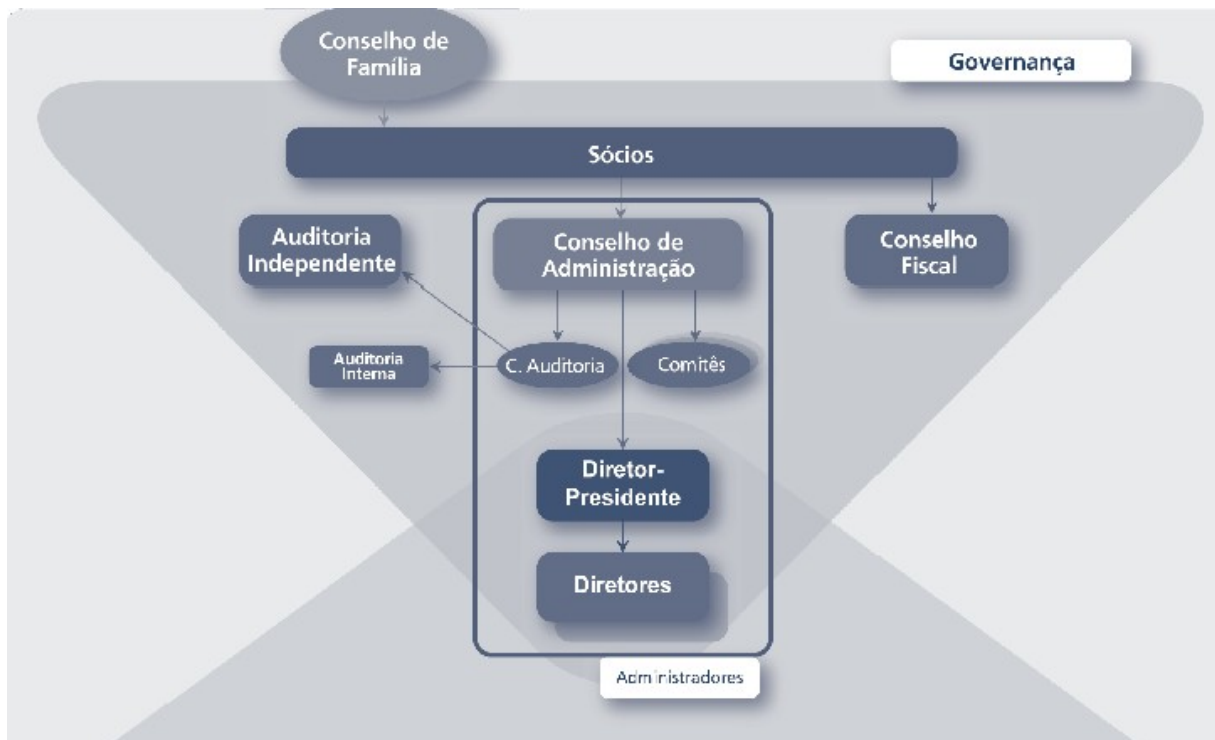
²IBGC. Código das melhores práticas de Governança Corporativa. www.ibgc.org.br

³ Bovespa. www.bmfbovespa.com.br. Acesso em 10/10/2009.

Através desses conceitos, pode-se verificar que há uma convergência sobre seu conceito, variando no modo como ele é abordado, mas, em suma, evidenciando o mesmo significado.

Por fim, através desse gráfico, podemos visualizar a hierarquia que se estabelece entre os membros do conselho de administração.

Figura 1 – Sistema de Governança Corporativa



FONTE: manual de boas práticas: www.ibgc.org.br

2.1.1. Governança Corporativa em bancos

Além de o assunto governança ser recente, aplicado a bancos com capital aberto é quase que escassa. Isso instiga muito o desenvolvimento do assunto nessa perspectiva, através, principalmente, de artigos acadêmicos em diversas fontes de divulgação.

No entanto, Governança Corporativa em bancos, tanto com capital aberto, quanto àqueles que não adotam tais práticas é um assunto complexo, possuindo algumas limitações. A dificuldade da análise reside no fato de que os bancos

possuem características singulares de gestão, composição e atuação, que gera assimetria de informações, tornando-se um grande desafio a criação de uma variável que sirva de comparação entre eles.

Não bastando, outra limitação que abrange esse assunto refere-se ao acesso das informações necessárias para a realização do presente trabalho. Essas serão tratadas no decorrer da pesquisa, e apóiam-se na verificação dos balanços patrimoniais dos bancos, juntamente com as características de seus conselhos de administração.

2.1.2. O Problema de agência

É um dos principais conflitos decorrentes da utilização da GC numa empresa. O mesmo está consolidado na idéia comum de que, quando há separação entre propriedade e gestão, um conflito de interesses se instala. Weinberg (2003) define o problema de agencia como aquele em que uma parte, o principal, não tem controle das ações da outra, o agente.

Para Procianoy e Comerlato (1995), em relação ao custo de agência associado às corporações, além daqueles encontrados entre acionistas e a administração, observa-se também o conflito existente entre acionistas controladores e os minoritários. Isso ocorre, para os autores, sempre que os acionistas transferem receitas, despesas e/ou investimentos para outras empresas do grupo. Essa situação acarreta uma mudança no balanço patrimonial das empresas e uma conseqüente mudança na participação dos resultados pelos minoritários. Como no Brasil a realidade é um pouco diferente da americana, ou seja, os acionistas controladores podem facilmente monitorar os administradores, o conflito de agência nas empresas de capital aberto reside principalmente nessa questão, o conflito entre controladores e acionistas minoritários.

Além disso, pode-se ressaltar que a política de dividendos adotada influencia nesse conflito, pois os controladores decidirão se os lucros serão distribuídos entre os acionistas, de que forma eles serão distribuídos, ou se serão reinvestidos na empresa, criando valor nas ações. Berk e Damarzo (2009) complementam essa idéia ao passo que afirmam que a empresa gerenciada por não-proprietários está

muito menos suscetível a correrem grandes riscos do que se fosse gerenciada pelos próprios acionistas.

Por fim, cabe-nos analisar que o principal meio de gerenciar esse conflito é através da avaliação, manutenção, formação e controle do conselho de administração, bem como a forma como os mesmos serão remunerados.

2.1.3. Conselho de Administração

A governança corporativa nos possibilita analisar o papel de todos os executivos de uma empresa, através, principalmente, do que é estabelecido como função no estatuto social da empresa. Cada uma delega direitos e deveres de seus representantes executivos, como também de acionistas e colaboradores.

O presente trabalho visa analisar as características apenas do Conselho de Administração de uma instituição. Isso ocorre, prioritariamente, devido ao fato desse conselho ser um dos principais componentes do conflito de agência, ou seja, as atitudes conselho de administração *versus* os interesses dos acionistas.

Primeiramente, convém salientar que há algumas nomenclaturas mais comuns entre os autores desse tema a respeito dos tipos de conselheiros que compõem o conselho de administração.

- Diretores/Conselheiros internos: são os funcionários, antigos funcionários, ou membros das famílias dos funcionários.
- Diretores intermediários: não estão ligados diretamente à empresa, mas possuem negócios com a mesma. Essa é uma nomenclatura menos usada pelos pesquisadores da área, que dividem mais entre diretores internos e externos.
- Diretores externos/ Independentes:

Apesar das pesquisas nessa área serem novas, existem artigos que abordam os efeitos, a estrutura e as características do conselho de administração, como Agoraki (2009 et.al.)

“Board structure, in the sense of board size and composition, and its impact on corporate performance constitutes an indispensable and, at the same time, prevalent theme of the corporate governance discussion”.

Para Di Miceli (2002), os resultados da relação entre composição do conselho, desempenho corporativo e valor da empresa são difusos, com a maioria dos estudos encontrando pouca correlação.

De outra maneira, MARISCAL (2009 et.al., p. 12-13), através de um modelo econométrico, relacionou a performance do conselho com suas características, ou seja, que os resultados do conselho são endogenamente determinados.

“We use an international sample of financial entities to analyze how the composition of the board of directors is related to the legal system and the characteristics of the entity. Our results evidence that board composition is endogenously determined. Specifically, our results show that board size and independence are higher when the advisory or monitoring needs of the bank increases, which at last depends on the bank’s size, the ownership structure and the monitoring costs of the bank, and finally, it also depends on the supervisory power of country’s authorities”.

Quanto à atuação de cada um no conselho, isso varia muito de empresa para empresa. Existem aquelas que vêm mais necessidades de conselheiros externos, outras preferem os internos, o que dependerá do que a instituição espera desse conselho.

Quanto ao tamanho do conselho, Andres (2008) conclui através de um modelo econométrico não haver relação direta entre tamanho do conselho e resultado.

Portanto, cabe nesse trabalho criar a sua relação entre características do conselho e performance da organização, que no caso, será avaliada através do índice de rentabilidade do ativo.

2.1.4. Níveis de Governança Corporativa

Com relação às características da GC, o IBGC define as linhas mestras das boas práticas de GC como seu Código Brasileiro das Melhores Práticas, relacionando-as em quatro vertentes: a prestação de contas (*accountability*), a transparência (*disclosure*), a equidade (*fairness*) e a responsabilidade corporativa na conformidade com as regras (*compliance*). O mesmo Instituto define três ferramentas de governança: o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Auditoria Independente.

Referindo-se às práticas, através da Bovespa⁴, podemos analisar que as mesmas são classificadas em nível 1, nível dois, novo mercado e Bovespa Mais.

Nível 1: As companhias nível 1 se comprometem, principalmente, com melhorias na prestação de informações ao mercado e com dispersão acionária. Assim, as principais práticas agrupadas no nível 1 são:

- Manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital;
- Realização de ofertas pública de colocação de ações por meio de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital;
- Melhoria nas informações prestadas trimestralmente, entre as quais a exigência de consolidação e de revisão especial;
- cumprimento de regras em operações envolvendo ativos de emissão da companhia por parte dos acionistas controladores ou administradores da empresa;
- Divulgação de acordos de acionistas e programas de *stock options*⁵;
- Disponibilização de um calendário anual de eventos corporativos.

Nível 2: As empresas listadas nesse nível, conforme o regulamento da Bovespa apresentam todas as características do nível um, acrescidas a uma série de direitos aos acionistas minoritários. Prioritariamente, os critérios para esse nível classificam-se em:

- Mandato unificado de um ano para o Conselho de Administração;
- Disponibilização do balanço anual, seguindo as normas de governança;
- Extensão, para todos os acionistas detentores de ações ordinárias, das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia;
- Direito de voto às ações preferenciais em algumas matérias, como transformação, incorporação, cisão e fusão da companhia e aprovação de contratos entre companhias e empresas do mesmo grupo;

⁴ BOVESPA. Regulamento nível 1 de governança corporativa. www.bmfbovespa.com.br, acesso em 15/10/2009.

⁵ Programas de *Stock Options*: são programas de distribuição de opções e de ações.

- Obrigatoriedade de realização de uma oferta de compra de todas as ações em circulação, pelo valor econômico, nas hipóteses do fechamento do capital ou cancelamento do registro de negociação nesse nível;
- Adesão à Câmara de Arbitragem para a resolução de conflitos societários.

Vale lembrar que o compromisso assumido pela companhia, seus controladores e seus administradores são firmados em contrato entre as partes e a Bovespa.

Novo Mercado: Conforme o regulamento do Novo Mercado, Publicado pela Bovespa⁶, é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção das práticas de governança corporativa e *disclosure* (revelação de informações) adicionais em relação ao que é exigido pela legislação. Não bastando, o relatório informa que a valorização e a liquidez das ações de um mercado são influenciadas positivamente pela segurança que o acesso a essas informações acrescentam aos acionistas. Além disso, vale lembrar que as regras de governança do novo mercado são mais rígidas do que as presentes na legislação brasileira, criando uma confiança no acionista minoritário de que a empresa está operando além das regras a qual foram impostas de transparência de suas finanças. Por fim, esse modo de operar ainda criou uma câmara de arbitragem para resolver os conflitos entre os envolvidos com a empresa e seus investimentos.

Bovespa Mais: Embora não trataremos dessa classificação, vale ressaltar que O BOVESPA MAIS é o segmento de listagem do mercado de balcão organizado administrado pela BM&FBOVESPA, fundado para tornar o mercado acionário brasileiro acessível a um número maior de empresas, principalmente àquelas que sejam particularmente atrativas aos investidores que buscam investimentos de médio e longo prazo e cuja preocupação com o retorno potencial sobrepõe-se à necessidade de liquidez imediata.

⁶ www.bovespa.com.br, acesso 10/11/2009.

Portanto, vale ressaltar que a adesão a um desses níveis é voluntária e que as empresas que aderem são fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários e estão sujeitas a multa caso suas determinações não estão sendo cumpridas.

2.2. Índices

Índices são valores obtidos através dos dados presentes no Balanço Patrimonial de uma instituição. São imprescindíveis para que possa ser realizada uma adequada análise de balanço.

Segundo Assaf Neto (2002), análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras. Em suma, através da análise de balanços extraem-se dados sobre a situação financeira passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

Matarazzo (2007) divide os índices contábeis/financeiros em três classificações:

- Índices de estrutura de capital, valores que nos mostram as grandes decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos, e são eles: participação de capitais de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização de recursos não correntes.
- Índices de liquidez: são os índices que mostram a base da situação financeira da empresa, podendo ser mencionados os índices de liquidez geral, corrente e seca.
- Índices de rentabilidade: mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, ou seja, quando eles renderam os investimentos da empresa.

Dentro do índice de rentabilidade, constam os índices:

- Giro do Ativo, que indica quanto a empresa vendeu para cada \$ 1,00 de investimento total;
- Margem Líquida, indicando quanto a empresa obtém de lucro para cada \$ 100,00 vendidos;
- Rentabilidade do Patrimônio Líquido, demonstrando quanto a empresa obteve de lucro para cada \$ 100,00 de capital próprio investido;

- Rentabilidade do Ativo, foco da análise almejada, devido ao fato de o mesmo demonstrar o retorno do investimento total, o que engloba até mesmo os investimentos com Governança Corporativa.

Esse índice representa quanto a empresa obtém de lucro para cada \$100,00 de investimento total. Quanto maior for essa relação, melhor será o resultado. Isso se refere ao fato de que a empresa está investindo bem seu ativo e gerando lucro com isso.

De outra maneira, Ross, Westerfield e Jordan (2008) definem rentabilidade do ativo como Retorno do Ativo (ROA). Essa medida demonstra o lucro por dólar do ativo, podendo ser calculado da seguinte maneira:

$$\text{ROA} = (\text{Lucro Líquido} / \text{Total do ativo}) \times 100$$

Logo, por ser uma taxa de retorno contábil e por a pesquisa basear-se nas demonstrações dos Balanços Patrimoniais das empresas mencionadas, a análise se baseará no índice de rentabilidade do ativo como meio de comparação entre as características do conselho de administração e suas possíveis relações.

3. Metodologia

Para que seja possível analisar as possíveis relações entre as características dos Conselhos de Administração e os índices de rentabilidades dos ativos, primeiramente, será buscada uma padronização de informações de cada banco a ser pesquisado. Isso se obterá por meio da obtenção dos mesmos dados referentes aos mesmos períodos analisados, entre os bancos. Essa equivalência de dados ajudará a identificar as variáveis envolvidas na pesquisa, que são:

- Composição de cada conselho;
- Prazo de mandato dos conselheiros;
- Frequência das reuniões;
- Índice de Rentabilidade do Ativo.

O método utilizado para o Trabalho de Conclusão de curso é uma análise de regressão multivariada envolvendo os dados supracitados. A variável dependente é o índice de rentabilidade do ativo, e as independentes são as características do Conselho de Administração.

As informações foram obtidas através dos *sites* do Banco Central (BACEN), da Comissão de valores Mobiliários (CVM), da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e do *Software* Económica.

Quanto à amostra, são bancos presentes do Brasil com capital aberto no ano de 2009, que estavam ou não abertos nos anos de 2008 e 2007, mas que disponibilizavam ao público informações a respeito desse período.

Primeiramente, organizaram-se os dados em uma tabela, ano a ano, conforme exposto abaixo. Em seguida, descreve-se a amostra e, por último, analisam-se os resultados.

Tabela 1 - Bancos e variáveis analisadas em 2007 e 2008

	Y	X1	X2	X3
2007	Índ. Rent. Ativo	n° Cons. Adm.	Prazo mandato	Enc./ano
Banestes S.A.	2,20	7	2	12
Bco ABC Brasil S.A.	1,70	5	2	10
Bco Alfa de Invest. S.A.	1,20	3	2	5
Bco da Amazônia	2,90	3	1	6
Bco Bradesco S.A.	2,30	8	1	9
Banco do Brasil S.A.	1,40	6	2	11
Bco Cruzeiro do Sul S.A.	4,50	6	2	13
Bco Daycoval S.A.	3,10	3	2	12
Bco Estado Sergipe .	2,50	7	2	8
BanPará S.A.	1,60	5	2	6
Banrisul	4,50	8	2	6
BicBanco S.A.	1,70	4	2	6
Bco Indusval S.A.	2,10	7	2	7
Bco Nordeste do Brasil S.A.	1,60	5	3	14
Bco Panamericano S.A.	1,80	5	3	12
Bco Pine S.A.	2,60	5	2	8
Bco Santander Brasil S.A.	1,60	6	2	9
Bco Sofisa S.A.	1,90	4	2	18
BRB Bco de Brasília S.A.	2,30	4	3	9
Itaunibanco Holding S.A.	2,90	17	1	4
Paraná Bco S.A.	3,90	6	2	9
2008				
Banestes S.A.	1,90	8	2	15
Bco ABC Brasil S.A.	2,00	6	2	11
Bco Alfa de Invest. S.A.	0,80	3	2	4
Bco da Amazônia	3,00	3	1	4
Bco Bradesco S.A.	1,70	7	1	10
Banco do Brasil S.A.	1,70	7	2	12
Bco Cruzeiro do Sul S.A.	-2,30	6	2	17
Bco Daycoval S.A.	2,90	4	2	12
Bco Estado Sergipe .	1,60	8	2	6
BanPará S.A.	5,10	6	2	6
Banrisul	2,30	9	2	3
BicBanco S.A.	2,70	4	2	11
Bco Indusval S.A.	3,20	9	2	9
Bco Nordeste do Brasil S.A.	2,60	6	3	7
Bco Panamericano S.A.	1,10	8	3	9
Bco Pine S.A.	2,10	5	2	16
Bco Santander Brasil S.A.	0,50	6	2	14
Bco Sofisa S.A.	2,00	5	2	15
BRB Bco de Brasília S.A.	2,00	5	3	12
Itaunibanco Holding S.A.	1,20	15	1	10
Paraná Bco S.A.	4,30	6	2	23

FONTE: Elaborado pela própria autora

Tabela 2 - Bancos e variáveis analisadas em 2009

	Y	X1	X2	X3
2009	Índ. Rent. Ativo	N° Cons. Adm.	Prazo mandato	Enc./ano
Banestes S.A.	1,50	8	2	15
Bco ABC Brasil S.A.	2,00	6	2	6
Bco Alfa de Invest. S.A.	0,70	3	2	7
Bco da Amazônia	0,30	4	1	3
Bco Bradesco S.A.	1,60	9	1	18
Banco do Brasil S.A.	1,40	7	2	10
Bco Cruzeiro do Sul S.A.	1,50	6	2	13
Bco Daycoval S.A.	3,00	4	2	15
Bco Estado Sergipe.	1,70	8	2	6
BanPará S.A.	2,50	6	2	6
Banrisul	1,90	9	2	2
BicBanco S.A.	2,80	4	2	17
Bco Indusval S.A.	0,50	9	2	9
Bco Nordeste do Brasil S.A.	2,40	6	3	4
Bco Panamericano S.A.	1,50	8	3	9
Bco Pine S.A.	1,20	5	2	8
Bco Santander Brasil S.A.	0,50	6	2	30
Bco Sofisa S.A.	0,20	5	2	13
BRB Bco de Brasília S.A.	2,90	6	3	9
Itaunibanco Holding S.A.	1,70	17	1	7
Paraná Bco S.A.	3,70	5	2	21

FONTE: Elaborado pela própria autora

4. DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

Conforme já exposto, a amostra é composta dos bancos situados no Brasil com capital aberto no ano de 2009, com informações acerca dos anos de 2008 e 2007. Baseando-se nos estatutos sociais de cada banco, disponíveis em meios públicos⁷, citamos os componentes dessa pesquisa:

Banco Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo. Pessoa jurídica de direito privado, organizado como banco múltiplo, rege-se, como sociedade anônima aberta, de economia mista. O Banco tem como objeto social a prática de operações bancárias ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (carteira comercial, carteira de crédito imobiliário, carteira de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil), inclusive operações de câmbio, administração de cartões de crédito, administração do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, bem como atuar como estipulante em operações de seguros, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

- Conselho de Administração: Conforme Art. 23 do Contrato Social, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, acionistas do Banco. Esses membros, pessoas naturais, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembléias Gerais Ordinárias, sendo que as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

Banco ABC Brasil S.A. – controlado pelo *Arab Banking Corporation (ABC)*, que atua em 21 países, e tem sede e foro em São Paulo. É um banco múltiplo que tem por objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário), inclusive de câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Vale lembrar que A Unidade ABC BRASIL conta com independência administrativa em relação ao

⁷ Disponível em www.cvm.gov.br, acesso em 12/10/2010.

acionista ABC, reportando mensalmente suas operações e respeitando orientações de caráter geral que venham a ser determinadas.

- Conselho de Administração: Conforme Art. 17 do CS, O Conselho de Administração será composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo 9 (nove) Conselheiros, acionistas, residentes ou não no País e eleitos pela Assembléia Geral, que designará o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho. O Diretor Presidente do Banco participará do Conselho de Administração sem direito a voto. O prazo de gestão dos Conselheiros será unificado, de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo que os Conselheiros permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Banco Alfa de Investimentos S.A. - História do Conglomerado Financeiro Alfa teve início em 1925, com a Fundação do *Banco da Lavoura de Minas Gerais*. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para *Banco Real S/A* e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S/A teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro *Bank*. As empresas financeiras não vendidas (então Banco Real de Investimento, Real Financeira, Real Arrendamento Mercantil e Corretora Real) formaram o novo Conglomerado Financeiro Alfa, completado logo após com a criação do Banco Alfa (banco comercial) e da Alfa Seguradora⁸. Sediada em São Paulo, a instituição mantém filiais no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Fortaleza, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, São José dos Campos, Piracicaba e Ribeirão Preto. Estatuto social não disponível no site da instituição e nem da Comissão de Valores Imobiliários.

- Conselho de Administração: não disponibilizam o estatuto social ao público.

Banco da Amazônia S.A. - instituição financeira pública federal, constituída sob a forma de sociedade anônima aberta, de economia mista, e prazo de duração indeterminado, é regida por este Estatuto e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis. Tem por objetivo, conforme Art. 2º do CS, executar a política do Governo Federal na Região Amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social; prestar serviços e realizar todas as operações

⁸ Disponível em <http://www.alfanet.com.br/default.aspx?pagid=ELNCPOL&menuid=570>. Acesso em 12/10/2010.

inerentes à atividade bancária; e exercer as funções de agente financeiro dos órgãos regionais federais de desenvolvimento O Banco da Amazônia é a principal instituição financeira federal de fomento com a missão de promover o desenvolvimento da região amazônica.

Para atingir sua meta, o Banco possui pontos de atendimento que cobrem toda a Amazônia Legal, cerca de 60% do território nacional, e nas cidades de São Paulo e Brasília.

- Conselho de Administração: composto por seis membros, todos acionistas, que cumprem mandato de um ano, permitida a reeleição, estendendo-se o prazo de gestão até a investidura de novos membros.

Banco Bradesco S.A. - Companhia aberta de economia mista, objetiva efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio. É um dos maiores bancos do setor privado (não controlado pelo Governo) no Brasil, em termos de total de ativos, estando também presente no exterior. Não bastando, é o único Banco brasileiro entre as dez instituições financeiras mais valiosas do mundo, com US\$13,3 bilhões, segundo levantamento do Global Banking 500, realizado pela *Brand Finance* em parceria com a revista inglesa *The Banker*.

- Conselho de Administração: Conforme Art. 1º, Capítulo 1 do ES, o Conselho de Administração, doravante denominado Conselho, é órgão de deliberação colegiada composto de 6 (seis) a 9 (nove) membros, eleitos pela Assembléia Geral com mandato de 1 (um) ano.

Banco do Brasil S.A. – Art. 1º ES: pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima aberta, de economia mista, organizado sob a forma de banco múltiplo, rege-se por este Estatuto e pelas disposições legais que lhe sejam aplicáveis. Objetiva a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

- Conselho de Administração: Será composto por acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, e terá sete membros, com mandato unificado de dois anos, dentre os quais um Presidente e um Vice-Presidente, permitida a reeleição. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos membros.

Banco Cruzeiro do Sul S.A. – Sociedade anônima de economia mista. Opera principalmente no mercado de crédito pessoal com desconto em folha de pagamento para funcionários públicos e pensionistas do INSS. Atua também no segmento de crédito para empresas de pequeno e médio porte (*middle market*), oferecendo crédito de curto prazo, usualmente atrelado a recebíveis. Desde 2003, o Banco Cruzeiro do Sul passou a atuar também no segmento de crédito para empresas de médio porte (*middle market*), oferecendo a empresas selecionadas crédito de curto prazo, usualmente atrelado a recebíveis.

- Conselho de Administração: O Conselho de Administração será composto por no mínimo 6 (seis) e no máximo 9 (nove) membros, todos acionistas da Sociedade, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

Banco Daycoval S.A. – Instituição financeira constituída sob forma de sociedade anônima. Tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, investimento e de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio. (Art. 3º, ES).

- Conselho de Administração: composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) membros, todos acionistas da Sociedade, eleitos pela Assembléia Geral, que indicará dentre eles o Presidente, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Banese S.A. – Banco do Estado do Sergipe. Pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a forma de sociedade anônima de economia mista. O Banco tem por objeto social a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, inerentes às carteiras operacionais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a prestação de serviços bancários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. A natureza é de Banco Múltiplo, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e aquelas definidas por este Estatuto, objetivando a promoção do desenvolvimento sócio-econômico do Estado de Sergipe (Art. 4º, CS).

- Conselho de Administração: O Conselho de Administração é composto 9 (nove) membros efetivos, eleitos pela Assembléia Geral. Os membros do Conselho de Administração devem ser acionistas, e serão eleitos com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, devendo permanecer no exercício das

respectivas funções até a posse de seus sucessores, salvo se renunciarem aos seus cargos.

BanPará S.A. – Banco do Estado do Pará. É uma sociedade mista, de capital aberto, agente financeiro do Governo do Estado do Pará. Objetiva a prática de operações ativas, passivas e acessórias, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, relativas aos bancos comerciais e de desenvolvimento, e às sociedades de crédito imobiliário.

- Conselho de Administração: Composto de no máximo 06 (seis) membros e no mínimo 04 (quatro) membros efetivos e mesmo número de suplentes, será eleito pela Assembléia Geral, ficando assegurada, na sua composição, a participação do Diretor-Presidente do BANPARÁ e o assento de 01 (um) representante dos acionistas minoritários. Os membros terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Banrisul S.A. – Banco do Estado do Rio Grande do Sul. É uma sociedade de economia mista constituída sob a forma de sociedade anônima. Tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, crédito imobiliário - 2ª a 8ª Regiões - e de crédito, financiamento e investimento, arrendamento mercantil e carteiras de desenvolvimento e de investimento), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

- Conselho de Administração: Baseado no Art. 20 do CS, é composto de no mínimo cinco e no máximo nove membros, será eleito, com mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição, pela Assembléia Geral que, a qualquer tempo, poderá destituí-los.

BIC Banco S.A. – Banco Industrial e Comercial. Instituição financeira sob forma de sociedade anônima, controlado pelo Grupo Financeiro Bezerra de Menezes desde a sua fundação, com sede e foro em São Paulo. Objetiva a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito imobiliário e de crédito, financiamento e investimento), inclusive de câmbio e de comércio exterior, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis (Art. 4º, CS).

- Conselho de Administração: composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros, todos acionistas da Sociedade, eleitos pela Assembléia

Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. A Assembléia Geral designará também o Presidente do Conselho.

Banco Indusval S.A. - Instituição financeira privada organizada sob a forma de sociedade anônima, tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com atuação nacional. Objetiva a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes a um banco comercial com autorização para operações de câmbio.

- Conselho de Administração: composto de, no mínimo, 6 (seis) e, no máximo, 10 (dez) membros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembléias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Banco Nordeste do Brasil S.A. -- (BNB) - pessoa jurídica de direito privado, é uma Instituição Financeira Múltipla, organizada sob a forma de sociedade anônima aberta, de economia mista. Com sede em Fortaleza, atua prioritariamente na região nordeste do Brasil. O Banco visa à promoção do desenvolvimento e a circulação de bens por meio da prestação de assistência financeira, de serviços, técnica e de capacitação a empreendimentos de interesse econômico e social.

- Conselho de Administração: Composto por seis membros, obrigatoriamente acionistas, com mandato de três anos, permitida reeleição. Como os outros Conselhos supracitados, também eleitos pela Assembléia Geral.

Banco Panamericano S.A. - Instituição financeira que se rege por ações. Baseando-se no art. 3º do CS, atua em território nacional, possuindo sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Tem por objetivo a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às carteiras autorizadas, que são a comercial e de crédito, financiamento e investimento, inclusive câmbio.

- Conselho de Administração: Órgão composto por no mínimo cinco, e no máximo nove membros, eleitos por Assembléia geral, com mandato de três anos, permitida reeleição.

Banco Pine S.A. - é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo. Pode atuar tanto no país quanto no exterior, e tem como objetivo a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial e de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio

e o exercício da administração de carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades (Art. 3º, ES).

- Conselho de Administração: composto de no mínimo cinco e, no máximo, onze membros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de dois anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre duas Assembléias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Banco Santander Brasil S.A. – A instituição é uma pessoa jurídica de direito privado, sob forma de sociedade anônima. Seu foco, conforme art. 4º do CS é a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas Carteiras autorizadas (Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento, de Crédito Imobiliário e de Arrendamento Mercantil), bem como operações de Câmbio e de Administração de Carteiras de Títulos e Valores Mobiliários. Além disso, operações que venham a ser permitidas às sociedades da espécie, de acordo com as disposições legais e regulamentares, podendo participar do capital de outras sociedades, como sócia ou acionista.

- Conselho de Administração: composto de no mínimo, cinco e, no máximo, doze membros, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de dois anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre duas Assembléias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Banco Sofisa S.A. - é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima. Tem como propósito a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (Comercial, de Investimento, de Arrendamento Mercantil e de Crédito, Financiamento e Investimento), inclusive câmbio.

- Conselho de Administração: no mínimo, cinco e, no máximo, sete membros, todos acionistas da Sociedade, residentes ou não no País, eleitos pela Assembléia Geral, que indicará dentre eles o Presidente e o Vice-Presidente, com mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição.

Banco de Brasília S.A. (BRB) – é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas. Com sede em Brasília, pode atender a qualquer ponto do país. Tem por objetivo o exercício de quaisquer operações bancárias, inclusive câmbio, de que resultem um incentivo econômico e/ou social às áreas de sua influência.

- Conselho de Administração: Será composto por 6 membros, com mandato de 3 anos, permitida reeleição.

Itaunibanco Holding S.A. – Sociedade anônima que tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive a de operações de câmbio. Presente no Brasil e no exterior.

- Conselho de Administração: composto por acionistas, terá no mínimo dez e no máximo quatorze membros, com mandato de um ano, prorrogando-se até a entrada de seu substituto.

Paraná Banco S.A. – Sociedade anônima com sede na cidade de Curitiba. Tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial e de crédito, financiamento e investimento). Além disso, efetuam administração de cartões de crédito nacional e internacional, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, e a participação, como acionista, sócia ou quotista, em outras sociedades ou empreendimentos.

- Conselho de Administração: composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, sete membros, todos acionistas da companhia, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de dois anos, permitida reeleição.

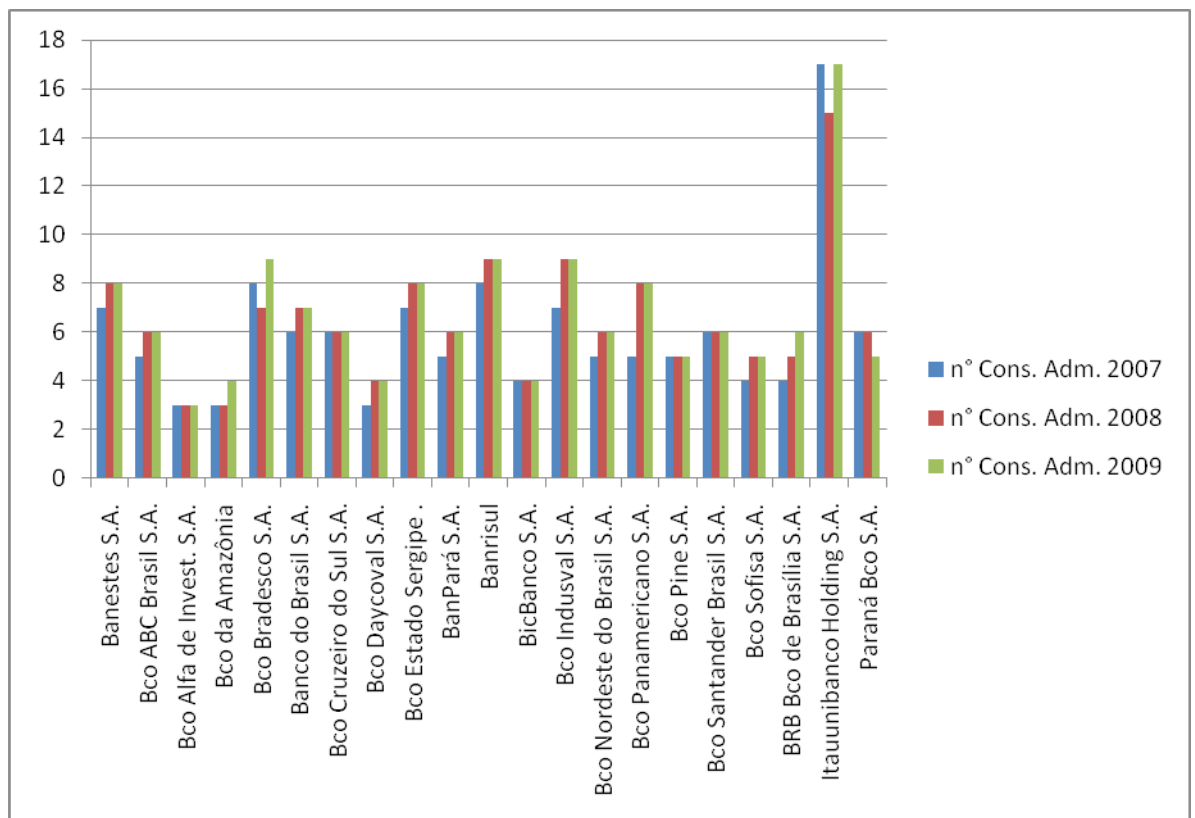
5. RESULTADOS

5.1. Comparação de dados

Os resultados foram obtidos mantendo a ordem dos dados apresentados na amostra, cuja variável Y é a dependente, ou seja, aquela que depende dos procedimentos a serem investigados, e as variáveis X1, X2 e X3 são as variáveis independentes.

A variável X1, que significa o número de componentes do conselho de Administração, não apresentou diferença significativa em sua composição no período analisado. No entanto, o Itauunibanco Holding evidenciou dezessete Conselheiros no ano de 2009, em virtude da fusão que ocorreu nesse momento, entre os Bancos Itaú e Unibanco.

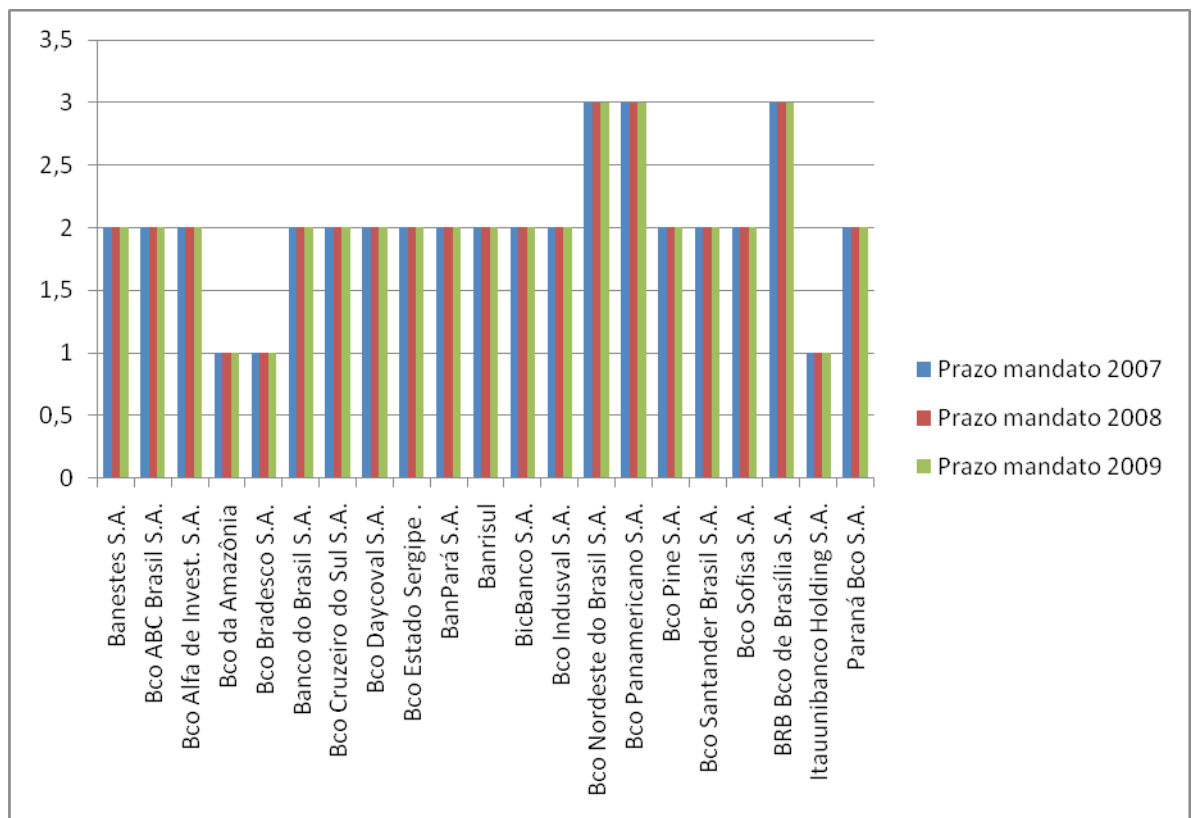
Figura 2 – Composição do Conselho de administração da amostra/ano



FONTE: Elaborado pela própria autora

A variável X2, que reflete o prazo de mandato dos conselheiros, permitida reeleição ou não (o que não foi analisado para efeito de cálculos), variou de um a três anos. No entanto, verificou-se que em alguns bancos, como o Daycoval, por exemplo, existem conselheiros reeleitos por várias vezes, permanecendo no cargo por mais de vinte anos.

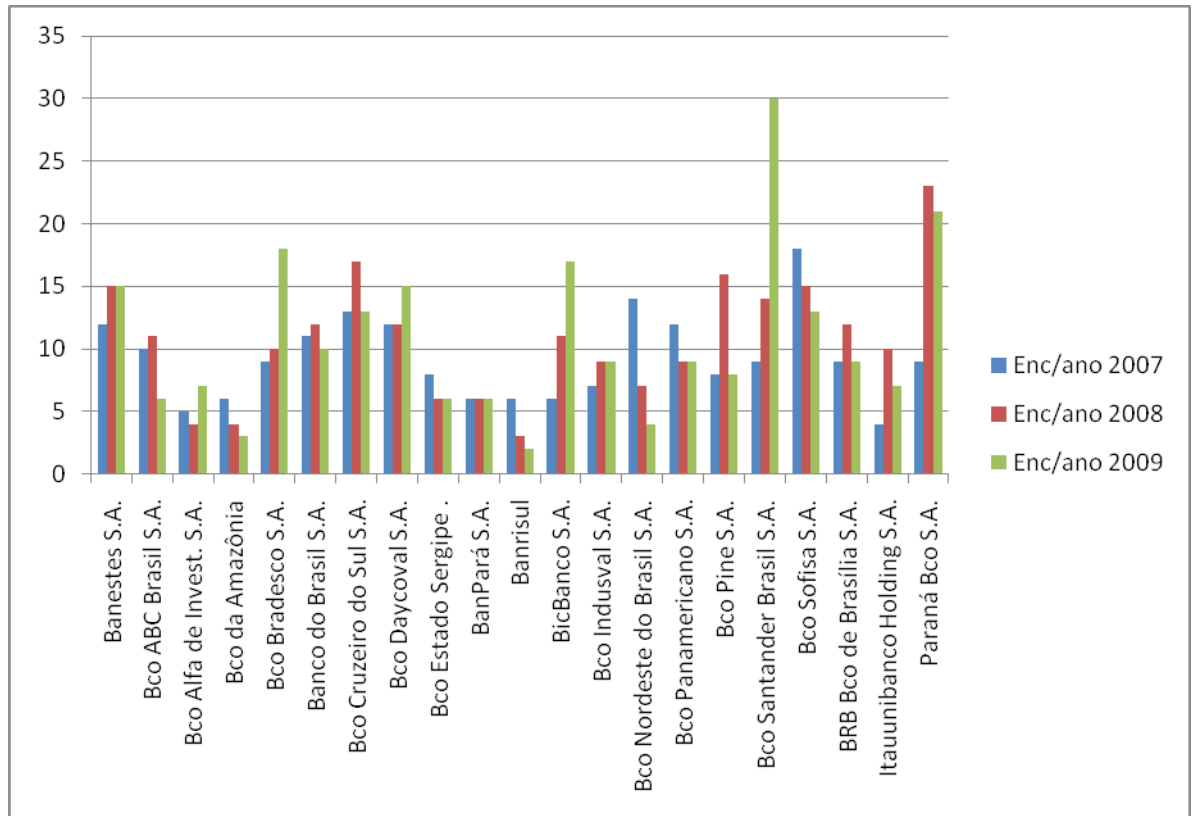
Figura 3 – Prazo de mandato dos Conselheiros de Administração/ano



FONTE: Elaborado pela própria autora

Por último, a variável X3 mostrou o número de reuniões anuais feitas pelos Conselhos de Administração. Esse número teve significativa variação entre as instituições no período analisado. Não bastando, em alguns bancos, como o banco Sofisa, por exemplo, em um dia constam de duas a três atas de reunião do Conselho de Administração. Vale lembrar que, para efeito de cálculos, foi considerado o dia das atas como apenas uma reunião, visto que não foram analisados os detalhes de cada encontro, e as atas podem ter sido feitas apenas para a pausa e mudança de turno.

Figura 4 – Quantidade de encontros do Conselho de administração/ano



FONTE: Elaborado pela própria autora

5.2. Resultados da regressão no Excel

Através da fórmula de regressão com a amostra analisada, chegou-se aos resultados abaixo. No entanto, a variável analisada será o *R-Squared*, devido ao fato que é uma medida estatística de como uma linha de regressão se aproxima de dados reais. Varia entre zero e um, indicando como um bom termo pode prever outro (HAIR *et al.*, 2005). Em outras palavras, é a medida que mais aproxima o número da realidade estudada, e, quanto mais próximo de um, mais as variáveis independentes influenciam na variável dependente.

Tabela 3 – Resultados da regressão no ano de 2007

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,296508
R-Quadrado	0,087917
R-quadrado ajustado	-0,07304
Erro padrão	0,988421
Observações	21

ANOVA					
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	3	1,600931	0,533644	0,54622	0,657354964
Resíduo	17	16,60859	0,976976		
Total	20	18,20952			

	<i>Coefficiente s</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95,0%</i>
Interseção	2,407058	1,283451	1,875457	0,078012	-0,300787257	5,114903	-0,30079
Variável X 1	0,065983	0,083828	0,787116	0,44205	-0,110879606	0,242845	-0,11088
Variável X 2	-0,30795	0,47472	-0,64869	0,525203	-1,309520714	0,693624	-1,30952
Variável X 3	0,023215	0,072167	0,321692	0,751608	-0,1290427	0,175474	-0,12904

FONTE: Elaborado pela própria autora

Tabela 4 – Resultados da regressão no ano de 2008

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,179042
R-Quadrado	0,032056
R-quadrado ajustado	-0,13876
Erro padrão	1,56603
Observações	21

ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	3	1,380723	0,460241	0,187666	0,903324738
Resíduo	17	41,69166	2,45245		
Total	20	43,07238			

	<i>Coeficiente s</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95,0%</i>
Interseção	3,067777	1,897639	1,616628	0,124363	-0,935892197	7,071446	-0,93589
Variável X 1	-0,07258	0,136781	-0,53066	0,602518	-0,361166143	0,215998	-0,36117
Variável X 2	-0,07998	0,655183	-0,12207	0,904272	-1,462294946	1,302334	-1,46229
Variável X 3	-0,03891	0,071288	-0,54575	0,592325	-0,189310445	0,111499	-0,18931

FONTE: Elaborado pela própria autora

Tabela 5 – Resultados da regressão no ano de 2009

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,326947
R-Quadrado	0,106895
R-quadrado ajustado	-0,05071
Erro padrão	0,976702
Observações	21

ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	3	1,941003	0,647001	0,678236	0,577296226
Resíduo	17	16,21709	0,953947		
Total	20	18,1581			

	<i>Coefficiente s</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inferiores</i>	<i>95% superiores</i>	<i>Inferior 95,0%</i>
Interseção	0,222461	1,2751	0,174465	0,863561	-2,4677641	2,912686	-2,46776
Variável X 1	0,020205	0,079248	0,254959	0,801813	-0,14699275	0,187403	-0,14699
Variável X 2	0,582434	0,423319	1,375874	0,186718	-0,310691568	1,47556	-0,31069
Variável X 3	0,015426	0,033117	0,465813	0,647262	-0,054444227	0,085297	-0,05444

FONTE: Elaborado pela própria autora

5.3. Análise dos resultados:

Tabela 6 – Resultado R - Quadrado

	2007	2008	2009
R-Quadrado (Squared)	0,087917222	0,032055871	0,106894653

FONTE: Elaborado pela própria autora

No ano de 2007, 2008 e 2009, como também na média dos resultados dos três anos, obtivemos um valor numérico para o R-Quadrado (Squared) com fraca ou quase nula significância estatística.

Logo, as variáveis X1 (número de components do Conselho de Administração), X2 (prazo de mandato dos components do C.A.) e X3 (número de encontros por ano do Conselho) não influenciam nos resultados do Índice de Rentabilidade do Ativo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre as características do Conselho de Administração dos bancos com capital aberto e o Índice de Rentabilidade do Ativo era o foco principal da pesquisa. Através de um levantamento de dados disponíveis publicamente em meios de divulgação dos resultados de empresas de capital aberto, obtiveram-se as informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa.

As características dos Conselhos de Administração estudadas, identificadas como as principais, foram o número de componentes de cada conselho, o número de encontros anuais e período do mandato, nos anos de 2007, 2008 e 2009. Essas variáveis, caracterizadas como variáveis independentes, não tiveram relação estatística que viabilizasse uma influência dessas no resultado do Índice de Rentabilidade do Ativo. Esse resultado foi possível através de uma análise de regressão multivariada, em que envolvia as variáveis analisadas, através da regressão no excel.

Assim, o resultado da pesquisa, mesmo que negativo, contribuiu como a primeira pesquisa no Brasil testando a relação dessas variáveis, no setor bancário especificado.

Sugerimos, ainda, a realização de pesquisas que analisem a relação entre o Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido, o Total de Ativos, e se estas influenciam as características do Conselho de Administração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGORAKI, M.E; Delis, M.D; STAIKOURAS, P.K. The effect of board size and composition on bank efficiency. Disponível em

<http://EconPapers.repec.org/RePEc:pra:mprapa:18548>, acesso em 30/09/2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em <HTTP://WWW.bcb.gov.br>, acesso em 24/09/2009.

BERGAMINI Jr., Sebastião. **Controles Internos como um Instrumento de Governança Corporativa**. (Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 12, N. 24, P. 149-188).

BERK, Jonathan; DEMARZO, Peter. Finanças Empresariais. Bookmann, 2009.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em <http://www.cvm.gov.br>, acesso em 10/10/2010.

BMFBOVESPA. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em 17/10/2010.

CARVALHO, Antonio G. de. Governança **Corporativa no Brasil em Perspectiva**. Revista de Administração v. 37. São Paulo, 2002.

DI MICELI, Alexandre. “**Governança Corporativa, desempenho, e valor da empresa no Brasil**”. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2002.

IBGC, Código das melhores práticas de governança corporativa. Disponível em <WWW.ibgc.org.br>, acesso em 10/10/2009.

LA PORTA, R., LOPEZ-DE-SILANES F., SHLEIFER, A., VISHNY, R.. “**Investor**

Protection and Corporate Governance”, *Journal of financial Economics*. 58 (1-2): 3-27, 2000.

MARISCAL, M.S; ALONSO, P.A; MERINO, E.R; GONZÁLES, E.V. “**Board determinants in banking industry an international perspective**”. SSRN, setembro 2009, disponível em <http://host.uniroma3.it/eventi/wolpertinger2009/28.pdf> acesso em 10/10/2009.

MATARAZZO, Dante. **Análise Financeira de Balanços**. Atlas. v.1.6ed.

MULBERT, Peter O. “**ECGI Working Paper Series in Law**”. *Working Paper* N°.130/2009. August 2009.

Revista do BNDES. **Controles internos como um instrumento de Governança Corporativa**. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2406.pdf. Acesso em 21/11/2009.

ROSS, STEPHEN; WESTERFIELD, RODOLPH; JORDAN, BRADFORD. **Princípios de Administração Financeira**. Atlas, 2008.v.1.2ed.

SHLEIFER, A.; VISNHNY, R. **A survey of corporate governance**. *Journal of Finance*. 52(2), 737-783, 1997.

WEBER, RENATA A. “**Política de dividendos no setor bancário brasileiro**”. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Administração, Porto Alegre, 2008.

WEBER, Renata A; PROCIANOY, Jairo L. “**Are Banking Dividends Different? Evidence from the Brazilian Banking Sector**”. X Encontro Brasileiro de Finanças, 2009.

WESTON, J. Fred; BRIGHMAM, Eugene F. **“Fundamentos da Administração Financeira”**, décima edição. São Paulo: Makron Books, 2000.